



**AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO INTERNACIONAL DO TURISMO**  
SCN Quadra 2 - Bloco G, - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70712-907  
Telefone: 61 2023-8500 - <http://www.embratur.com.br>

**EDITAL Nº 90005/2026**

Processo nº 272100.000079/2026-98

Brasília, 11 de junho de 2026.

A AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO INTERNACIONAL DO TURISMO - EMBRATUR, instituída pela Lei nº 14.002, de 22 de maio de 2020, sediada no SCN, Quadra 02, Bloco G, Brasília-DF – CEP 70.712-90, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço global, sob a forma de execução indireta, nos termos do art. 12, inciso IV, da Resolução CDE nº 15, de 8 de maio de 2025, Manual de Licitações e Contratos, e das exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 30 de junho de 2026.

Horário: 10:00h

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

UASG: 927988

**1. DO OBJETO.**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa, para Fornecimento de Licenciamento das Soluções Digitais Google, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 2 (dois) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço global** do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. O valor total estimado do contrato é de R\$ 1.710.768,00 (um milhão, setecentos e dez mil setecentos e sessenta e oito reais), conforme as especificações abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL 24 MESES
1	Licença Google Workspace Enterprise Plus - 2 anos	unidade	350	R\$ 203,00	R\$ 71.050,00	R\$ 1.705.200,00
2	Licença Google AppSheet Enterprise Plus - 2 anos	unidade	2	R\$ 116,00	R\$ 232,00	R\$ 5.568,00
VALOR TOTAL		R\$ 1.710.768,00(um milhão, setecentos e dez mil setecentos e sessenta e oito reais)				

**2. DO CREDENCIAMENTO E DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.**

2.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.1.1. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil;

2.1.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes a este Pregão;

2.1.3. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, 03 (três) dias antes da abertura do pregão.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

2.5.1. A licitação será feita nos seguintes moldes:

2.5.1.1. A licitação será de ampla participação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão participar desta licitação os interessados:

2.7.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos com a EMBRATUR, União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

2.7.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. que estejam sob falência ou de insolvência civil ou dissolução da sociedade;

2.7.5. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

2.7.6. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

2.7.7. cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da EMBRATUR;

2.7.8. declarados inidôneos pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

2.7.9. constituídos por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

2.7.10. cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

2.7.11. constituídos por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

2.7.12. cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

2.7.13. que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;

2.7.14. que sejam sociedades cooperativas;

2.7.15. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.16. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.17. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento convocatório ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa (redação conforme artigo 14, da Lei nº 12.846/2013).

2.8. Aplica-se a vedação prevista no item 2.7. acima:

2.8.1. à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

2.8.2. a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

2.8.2.1. dirigente(s) da EMBRATUR;

2.8.2.2. empregado da EMBRATUR cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

2.8.2.3. autoridade do ente público a que a EMBRATUR esteja vinculada.

2.8.3. à empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a EMBRATUR há menos de 6 (seis) meses.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes cadastrarão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico a proposta com o preços, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecido para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#).

3.4.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de **cadastro** da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Os documentos que compõem a proposta dos licitantes e os documentos de habilitação serão disponibilizados para acesso público no sistema ComprasNet somente após a convocação e o envio de anexo pelo licitante via sistema.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

3.11. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, conforme modelo de Proposta Comercial, constante do Anexo II deste Edital.

4.1.1. a licitante deverá complementar o Anexo II com os seguintes dados básicos da empresa:

a) Razão Social;

b) Nome Fantasia;

c) Inscrição do CNPJ;

d) Inscrição Estadual/Municipal;

e) Endereço completo;

f) Telefone e endereço eletrônico.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.7. Poderão ser desclassificadas as propostas que apresentarem o prazo de validade inferior ao previsto no subitem 4.6, quando não houver acordo para o ajustamento de tal validade.

#### **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.**

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.1.1. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, quando for o caso, anteriormente inserido no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.
- 5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total dos itens pertencentes ao grupo.
- 5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7.1. Na competição, não serão aceitos contatos telefônicos, ou via e-mail, com o Pregoeiro e com a equipe de apoio, inclusive para pedidos de exclusão de lances dados equivocadamente, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, já que tal ato configura a identificação da licitante durante a fase de lances, o que é proibido pelas normas.
- 5.7.2. Após a fase de lances, não serão aceitos contatos telefônicos, ou via e-mail, com o pregoeiro e com a equipe de apoio, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, já que tal ato configura a inobservância aos Princípios da Transparência e Publicidade, tendo em vista que nos ritos do pregão existe o chat e a etapa recursal para que as empresas se manifestem.
- 5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo de real).
- 5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.11. O procedimento adotado é o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. Encerrada a etapa de lances, será efetuada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

- 5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada;
- 5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;
- 5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;
- 5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será realizado pelo Portal do Comprasnet.
- 5.19.1. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital. O prazo para resposta do licitante será de 05 (cinco) minutos, caso não haja manifestação será considerado o lance final registrado por último no *Comprasnet*.
- 5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço de referência definido pela Agência ou por não atender os requisitos do Termo de Referência;
- 5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;
- 5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.21. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU); e
- e) Para a consulta de licitantes pessoa jurídica, poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d”, acima, pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).
- 5.21.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#);
- 5.21.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).
- 5.21.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#));
- 5.21.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#));
- 5.21.2.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 5.21.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de julgamento.
- 5.21.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.6 e 3.4 deste Edital.
- 5.22. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.
- 5.22.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 6. DA FASE DE JULGAMENTO.

- 6.1. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 6.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.2.1. conter vícios insanáveis;
- 6.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.2.3. apresentar preços inexequíveis;
- 6.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Embratur;
- 6.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.3. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Embratur.
- 6.3.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
  - 6.3.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
  - 6.3.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.4.1. As diligências poderão ser realizadas em qualquer fase da licitação, tanto pelo Pregoeiro como pela Autoridade Competente, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.
- 6.4.1.1. A vedação acima citada não alcança documento ausente que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha.
- 6.5. Erros no preenchimento da Proposta de Preço não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A Proposta poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo de até 02 (duas) horas, desde que não haja majoração dos preços dos itens e dos grupos e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 6.5.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.5.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime;
- 6.5.3. Caso a empresa venha a majorar o preço da proposta, não sanar os vícios ou tenha as justificativas não aceitas pelo Pregoeiro, terá a sua proposta recusada;
- 6.5.4. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo por igual período do subitem 6.10. estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.

- 7.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.1.1. Caso os documentos exigidos para habilitação não estejam contemplados no SICAF ou não haja disponibilidade de realizar a consulta nos sites emitentes das certidões vencidas, será exigido o envio da documentação através do comprasnet, no prazo máximo de 02 (duas) horas, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico;
- 7.1.2. O envio da documentação de habilitação, respeitado o prazo de 02 (duas) horas, também poderá ser encaminhado juntamente com a proposta, desde que convocado pelo pregoeiro através da funcionalidade chat do comprasnet;
- 7.1.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.2. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação serão exigidos para fins de habilitação são os seguintes:
  - 7.2.1. Habilitação jurídica:**
    - 7.2.1.1. cédula de identidade do representante legal da empresa;
    - 7.2.1.2. prova de registro no órgão competente, no caso de empresário individual;
    - 7.2.1.3. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, no caso de sociedade empresária ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI;
    - 7.2.1.4. ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente, no caso de Sociedade Anônima ou Limitadas, quando for o caso.
  - 7.2.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**
    - 7.2.2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
    - 7.2.2.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
    - 7.2.2.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
    - 7.2.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de

1º de maio de 1943;

7.2.2.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.2.2.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.2.2.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual ou Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.2.2.8. A documentação a que se refere o item 7.2.2. poderá ser exigida em qualquer fase da execução contratual ou Ordem de Serviço ou Fornecimento, sendo que sua falta será imediatamente comunicada à CONTRATADA para sanar a irregularidade, sob pena de aplicação de penalidade e/ou rescisão contratual.

### 7.2.3. Qualificação Econômico-Financeira:

7.2.3.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

7.2.3.1.1. No caso de sociedade anônima e de outras empresas obrigadas à publicação, deverá ser apresentada a cópia da publicação, na imprensa oficial, do Balanço e das Demonstrações Contábeis, além da ata de aprovação devidamente registrada na Junta Comercial;

7.2.3.1.2. Quando não houver a obrigatoriedade de publicação do Balanço e das Demonstrações Contábeis, deverão ser apresentadas cópias legíveis dessas peças, bem como dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, registrado na Junta Comercial ou no órgão competente;

7.2.3.1.3. No caso de Livro Diário expedido através do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, deverá ser apresentado além do Balanço e das Demonstrações Contábeis, registrado no órgão competente, o termo de abertura e de encerramento do Livro Diário e o Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital emitido pelo referido sistema;

7.2.3.1.4. Consideram-se “já exigíveis e apresentados na forma da lei” as Demonstrações Contábeis e o Balanço Patrimonial referentes ao exercício social imediatamente antecedente ao ano da licitação, quando a data de apresentação dos documentos de habilitação ocorrer a partir de 01 de maio (art. 1.078, I, do Código Civil), mesmo no caso de licitantes obrigados ao SPED, devendo ser desconsiderado prazo superior para transmissão das peças contábeis digitais estabelecido por atos normativos que disciplinam o citado SPED (conforme entendimento do TCU, Acórdãos 1999/2014 e 119/2016, ambos do Plenário);

7.2.3.1.5. Empresa que, de acordo com a legislação, não tenha apurado as demonstrações contábeis referentes ao seu primeiro exercício social, deverá apresentar balanço de abertura, levantado na data de sua constituição, conforme os requisitos de legislação societária e comercial;

7.2.3.1.6. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

7.2.3.1.7. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

7.2.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

7.2.3.2.1. Caso a licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada, por meio da documentação apropriada, a sentença homologatória do plano de recuperação judicial.

7.2.3.3. comprovação da boa situação financeira da empresa, mediante a obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

7.2.3.3.1. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de, **no mínimo, 10% (dez por cento)** do valor total estimado da contratação.

### 7.2.4. Qualificação Técnica:



7.2.4.1. O critério de qualificação técnica a ser atendido pelo fornecedor será a apresentação de:

- a) Atestado de Capacidade Técnica (ACT), em nome da licitante, emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove a execução em serviços similares ao objeto do termo de referência.
- b) A Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis, com no mínimo 50% (cinquenta por cento) do quantitativo do objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- c) Para habilitação técnica a licitante deverá comprovar ser representante oficial Google, por meio de formalização oficial do fabricante.

7.2.4.2. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

7.2.4.3. Nesta contratação não há parcelamento dos itens, pois o fabricante da solução só permite uma empresa de revenda a fornecer diferentes tipos de licenças para o mesmo contratante.

7.2.5. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.3. No caso de a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública.

7.4.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

7.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitaes quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.11. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

7.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas; e

7.12.3. A diligência citada pode alcançar documento ausente que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha.

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.10.1.

7.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



7.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

7.17. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

7.17.1 Constatada a ocorrência de impeditivos indiretos de licitar e contratar no cadastro da empresa no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, será aberto processo administrativo para aplicação da desconsideração da personalidade jurídica, com direito contraditório e a ampla defesa, do conforme Acórdão TCU nº 1831/2014 – Plenário, dispondo que a constituição de nova sociedade com sócios em comum ou a existência de elementos que indique o uso de pessoas jurídicas distintas com o mesmo objeto social e com os mesmos sócios, ambos os casos em substituição a outra empresa declarada inidônea para licitar com a Administração Pública, com o objetivo de burlar a aplicação da sanção administrava, constitui abuso de forma e fraude à Lei de Licitações Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, de modo a possibilitar a aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica para estenderem-se os efeitos da sanção administrava à nova sociedade constituída.

## 8. DOS RECURSOS.

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação.

8.1.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.sei.embratur.com.br](http://www.sei.embratur.com.br).

8.10.1. O acesso de usuário externo ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da EMBRATUR, para vistas ao processo, exigirá um pré-cadastro;

8.10.2. O representante da empresa deverá encaminhar um e-mail para o endereço eletrônico [pregoeiro3@embratur.com.br](mailto:pregoeiro3@embratur.com.br), solicitando o link para realizar o pré-cadastro, a fim de se obter acesso ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da EMBRATUR para vistas ao processo, anexando a cópia do Registro Geral (Identidade), do CPF e do comprovante de residência;

8.10.3. O cadastramento somente será efetivado após o encaminhamento e a análise da documentação solicitada pela Administração do SEI na EMBRATUR;

8.10.4. Assim que o cadastro for aprovado, o usuário externo receberá um e-mail com a devida informação e instruções para acesso;

8.10.5. Ao endereço do e-mail [pregoeiro3@embratur.com.br](mailto:pregoeiro3@embratur.com.br) deverão ser encaminhadas todas as disponibilizações de acesso aos documentos no SEI/EMBRATUR pertinentes à fase recursal;

8.11. Para fins de análise da admissibilidade do recurso, poderá ser colhida manifestação escrita do setor requisitante e/ou de área competente de acordo com teor da peça recursal.

## 9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

9.1. A sessão pública poderá ser reaberta através das funcionalidades "Reabrir Pregão" ou "Voltar Fase/Ata Complementar" nas seguintes hipóteses:

9.1.1. Reabrir Pregão:

a) Na suspensão temporária administrativa dos trabalhos em função dos seguintes motivos:

I - horário de almoço;

II - término do expediente;

III - exame de conformidade;

IV - análise de propostas e documentação de habilitação;

V - realização de diligências;

VI - Ordem Administrativa de controle interno e/ou externo; e

VII - outros que vierem a ocorrer na sessão, passíveis de interrupção.

b) Na suspensão temporária em função de ordem emanada pelo poder judiciário.

b1) Quando da condução da fase pública do pregão eletrônico, a partir da sessão inicial de lances até o resultado final do certame, deverá sempre ser avisado, previamente, via sistema (chat), a suspensão temporária dos trabalhos, bem como a data e o horário previstos de reabertura da sessão para o seu prosseguimento, em atendimento aos princípios, em especial os da publicidade e da razoabilidade.

9.1.2. Voltar Fase/Ata Complementar:

a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

b) Quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Neste caso, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

b1) Todos os licitantes serão convocados através de e-mail disparados pelo Comprasnet para acompanhamento da reabertura da nova sessão.

b2) A convocação por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## 10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, injustificadamente, não assinar o termo de contrato, apresentar documentação falsa, deixar de entregar os documentos exigidos no certame, não mantiver a proposta, cometer fraude fiscal ou comportar-se de modo inidôneo, ficará sujeito às seguintes sanções:

10.1.1. O Licitante quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta injustificadamente, não assinar o termo de contrato, observando-se o direito ao contraditório e ampla defesa, ficará sujeita às penalidades previstas abaixo:

I - multa de 1 % (um por cento) sobre o valor estimado do contrato;

II - suspensão de licitar com a EMBRATUR por 2 (dois) anos.

10.2. A aplicação de sanção fica condicionada ao trânsito de processo administrativo sancionador, que garantirá o contraditório e a ampla defesa.

10.3. A licitante que, durante o transcorrer do certame, apresentar documentação falsa, deixar de entregar os documentos exigidos no certame, não mantiver a proposta, cometer fraude fiscal ou comportar-se de modo inidôneo, observando-se o direito ao contraditório e ampla defesa, ficará sujeita às penalidades previstas abaixo:

I - Suspensão temporária de participação de licitações e de assinar contrato com a EMBRATUR pelo prazo de até 02 (dois) anos;

II - multa de 1 % (um por cento) sobre o valor estimado do contrato; e

III - multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor estimado do contrato.

a) Suspensão de até 06 (seis), podendo se estender até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da dosimetria da sanção – inciso I:

a1 - Perturbação de qualquer ato na sessão da licitação, seja por mensagens via *chat*, por e-mail e/ou ligações telefônicas;

a2 - Não cumprir os requisitos de habilitação, após a análise de aceitação da proposta, quando o licitante houver declarado que os atendia.

b) Suspensão de 06 (seis), podendo se estender até 24 (vinte e quatro) meses e multa de 1%, dependendo da dosimetria da sanção - incisos I e II:

b1 - Desistir de proposta, salvo por justo motivo decorrente de fato superveniente;

b1.1 – Não encaminhar a proposta no prazo estipulado, após convocação do pregoeiro;

b2 - Solicitar sua própria inabilitação, após a fase de lances, no pregão, salvo por justo motivo decorrente de fato superveniente;

b2.1 – Não encaminhar os documentos de habilitação no prazo estipulado, após convocação do pregoeiro;

b3 - Arguir a inexequibilidade dos próprios preços;

b4 - Não apresentar nova proposta no prazo estabelecido pelo pregoeiro, adaptada ao valor ofertado na fase de lances ou ao obtido mediante negociação;

b5 - Interpor recurso manifestamente protelatório;

c) Suspensão de 24 (vinte e quatro) meses e multa de 2%, dependendo da dosimetria da sanção - Inciso I e III:

c1 - Recusa do licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, em assinar ou aceitar o contrato, ou retirar o instrumento equivalente;

c2 - Prática de ato inidôneo visando frustrar os objetivos da licitação, a exemplo de conluio entre empresas;

c3 - Apresentação de documentos fraudulentos, adulterados, falsos ou falsificados;

c4 - Fizer declaração falsa, ainda que parcialmente, quanto a qualquer dos requisitos de habilitação exigidos e/ou quanto ao cumprimento de quaisquer das demais exigências previstas no respectivo Edital e seus anexos;

c5 - Cometer fraude fiscal;

c6 - não assinar a Ata de Registro de Preços.

10.4. A dosimetria da sanção deve levar em consideração as razões de fato e de direito apresentadas pela CONTRATADA, a gravidade e abrangência de prejuízos potenciais ou materializados para a EMBRATUR, a reprovabilidade da conduta, devendo respeitar ordem taxativa prevista no artigo 48 do Manual de Licitações e Contratos da EMBRATUR, sendo advertência a mais branda e a suspensão de licitar a mais grave.

10.5. A sanção de multa pode ser aplicada concomitantemente com as demais, sempre que se identificar ganho patrimonial à empresa ou prejuízos significativos à EMBRATUR.

## **11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.**

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, por meio do endereço eletrônico [pregoeiro3@embratur.com.br](mailto:pregoeiro3@embratur.com.br).

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11.6. O pedido de esclarecimento e o de impugnação são procedimentos distintos, atos separados que não podem ser cumulados, não sendo permitida a conversão do pedido de esclarecimento em impugnação ao Edital.

11.7. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de recebimento do pedido de impugnação.

## **12. DA VISTORIA.**

12.1. Não há necessidade de vistoria para esta contratação.

## **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.**

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Embratur.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <https://embratur.com.br/editais/>

13.11. As diligências poderão ser realizadas em qualquer fase da licitação, tanto pelo Pregoeiro como pela Autoridade Competente, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta e habilitação.

13.11.1. A vedação acima citada não alcança documento ausente que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha.

13.12. Toda análise do pregoeiro em relação ao julgamento, respeitará os princípios da obtenção da proposta mais vantajosa, da competitividade e do formalismo moderado, mesmo que desconsidere itens deste edital, devidamente justificado.

13.13. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

13.13.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para efetuar seu cadastramento como usuário externo no Sistema Eletrônico de Informação (SEI) e assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento

equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
- ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
- ANEXO III - MINUTA DE TERMO DO CONTRATO

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa, para Fornecimento de Licenciamento das Soluções Digitais Google, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade
1	Licença Google Workspace Enterprise Plus - 2 anos	unidade	350
2	Licença Google AppSheet Enterprise Plus - 2 anos	unidade	2

- 1.2. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.
- 1.3 O prazo de vigência do contrato é de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 10 (dez) anos.
- 1.4. Este serviço é considerado comum.
- 1.5. O valor estimado da contratação será publico, conforme art. 9º do Manual de Licitações e Contratos da Embratur.

1.6. A motivação central para a nomeação da solução reside no fato de que a eventual substituição da atual plataforma tecnológica da Embratur, seja por Microsoft 365 ou por soluções open source, implicaria custos ocultos de migração capazes de superar qualquer economia aparente com licenciamento, especialmente porque a instituição já opera processos de negócio estruturados no AppSheet, cuja substituição exigiria a reescrita integral de automações e aplicativos internos, com necessidade de contratação de consultoria especializada para mapeamento, desenvolvimento, testes e nova implantação do que hoje já funciona de forma estável; além disso, a migração de terabytes de dados, incluindo e-mails, Google Drive e drives compartilhados, traria elevado risco de perda de integridade da informação, como corrupção de arquivos e perda de metadados, ao mesmo tempo em que demandaria intensa mobilização da equipe interna de TI, comprometendo a continuidade de outros projetos estratégicos de inovação; por fim, deve-se considerar o impacto organizacional da mudança, uma vez que os colaboradores da Embratur já possuem fluência digital no ecossistema Google, e a adoção de uma nova plataforma exigiria um programa amplo de capacitação, com queda relevante de produtividade nos primeiros meses, em razão da curva de aprendizado e do chamado custo cognitivo de transição.

2. DO FUNDAMENTO LEGAL

- 2.1. Lei nº 14.002/20 - Instituição da Agência Brasileira de promoção Internacional do Turismo - EMBRATUR.
- 2.2. Manual de Licitações e Contratos da EMBRATUR - Resolução CDE nº 15, de 8 de maio de 2025
- 2.3. Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor.
- 2.4. Lei nº 13.709/18 - Lei Geral de Proteção de dados (LGPD)

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo abrange:

3.2. Item 1 - Licença Google Workspace Enterprise Plus

- 3.2.1. O Google Workspace Enterprise Plus é uma solução corporativa integrada de comunicação, colaboração, produtividade, armazenamento em nuvem, segurança da informação, governança administrativa e inteligência artificial, desenvolvida para atender organizações que demandam alto nível de disponibilidade, escalabilidade e controle sobre seu ambiente digital. A plataforma reúne, em um único ecossistema, ferramentas como e-mail institucional, agenda corporativa, videoconferência, mensageria, edição colaborativa de documentos, compartilhamento de arquivos e administração centralizada, permitindo a execução de atividades de forma contínua, segura e integrada. Além disso, oferece recursos avançados de proteção de dados, conformidade, gestão de acessos, monitoramento e apoio por inteligência artificial incorporada aos fluxos de trabalho, favorecendo maior eficiência operacional, colaboração entre equipes e modernização do ambiente institucional.
- 3.2.2. O Google Workspace Enterprise Plus é uma plataforma corporativa integrada de produtividade, comunicação, colaboração, gestão documental, administração, segurança, conformidade e inteligência artificial, destinada a organizações que necessitam de ambiente digital unificado, escalável e com controles avançados de proteção da informação. Na comparação oficial das edições Enterprise, o Google posiciona o Enterprise Plus como a opção com “complete productivity and collaboration with flexible storage and the most advanced security and compliance controls”, contemplando, entre os serviços centrais da licença, Gmail, Calendar, Groups, Chat, Drive e editores Docs/Sheets/Slides/Forms, Google Meet, gerenciamento de diretório, Sites, Tasks, Keep, Google Vault, Gemini com proteções corporativas, Cloud Search, AppSheet Core, Google Workspace Studio e Google Vids. A edição também admite qualquer número de

usuários, oferece armazenamento flexível em pool de 5 TB por usuário, com possibilidade de aquisição de capacidade adicional, e mantém garantia de disponibilidade de 99,9%.

3.2.3. No eixo de comunicação institucional, o Gmail funciona como a base do correio corporativo, permitindo endereços personalizados por domínio, endereços adicionais por usuário, múltiplos domínios, listas administradas e campanhas com mail merge. Na edição Enterprise Plus, o serviço soma recursos avançados de proteção e governança, como retenção e arquivamento via Vault, DLP para Gmail, proteção avançada contra phishing e malware, sandbox de anexos, criptografia S/MIME e criptografia do lado do cliente para e-mail, além de opções corporativas de roteamento, gateway de entrada e saída e entrega dividida ou dual delivery. Em termos institucionais, isso significa que o e-mail deixa de ser apenas ferramenta de troca de mensagens e passa a compor um ambiente controlado, auditável e aderente a requisitos de segurança, preservação e conformidade.

3.2.4. O Google Calendar agrega a camada de organização do tempo, coordenação de agendas e reserva de recursos institucionais. A licença Enterprise Plus inclui calendários de equipe, videoconferência integrada aos eventos, criação automática de eventos, reserva de salas, prédios e equipamentos, sincronização com Microsoft Exchange, duração padrão de reuniões, agendamentos por appointment schedules, liberação automática de salas não utilizadas, compartilhamento de local de trabalho e visualização analítica da alocação do tempo, além de criptografia do lado do cliente para descrições de eventos. Em ambiente organizacional, isso fortalece a disciplina de agenda, reduz conflitos de uso de recursos e melhora a coordenação de equipes em modelo presencial, híbrido ou distribuído.

3.2.5. No campo da comunicação síncrona e colaboração em tempo real, o Google Meet é um dos diferenciais mais relevantes da licença Enterprise Plus. A edição suporta reuniões com até 1.000 participantes, duração máxima de 24 horas, participação externa, gravação e transcrição com salvamento no Drive, cancelamento de ruído, salas simultâneas, enquetes, Q&A, controle de presença, coanfitriões, streaming interno para até 100 mil espectadores, transmissão para YouTube, waiting rooms, Media API, eCDN, tradução de fala e criptografia do lado do cliente para áudio e vídeo. Também há integração com recursos de IA, incluindo notas, transcrições e registros automáticos da reunião. Para a administração pública ou para uma organização com múltiplas áreas e eventos institucionais, esse conjunto aumenta a capacidade de reunião, capacitação, articulação interna, interação com públicos externos e registro formal de deliberações.

3.2.6. O Google Chat complementa o ecossistema com mensageria corporativa estruturada por conversas diretas e espaços de trabalho. Na edição Enterprise Plus, estão disponíveis controle de histórico, definição de política de retenção dos espaços, aceite automático de convites, chat externo 1:1 e em grupo, restrição ou permissão de apps, uso de espaços descobertos, DLP para Chat, exclusão automática de mensagens organizacionais, controle do compartilhamento de arquivos, integração com soluções terceiras de arquivamento e, especificamente no Plus, moderação de conteúdo no Chat. Na prática, isso permite que a comunicação rápida ocorra com governança, reduzindo a dispersão de informações em canais informais e ampliando a rastreabilidade das interações institucionais.

3.2.7. Em relação à gestão de grupos e públicos, o Groups / Groups for Business oferece listas de e-mail, grupos para compartilhamento de conteúdo, convites de calendário, caixas colaborativas com moderação, grupos geridos por usuários ou administradores, grupos dinâmicos, inspeção de membros, restrição de associação e visualização de membros indiretos em grupos aninhados. Essa camada é particularmente útil para estruturar comunicação interna por áreas, comissões, projetos, públicos-alvo e fluxos administrativos, evitando listas manuais e melhorando a governança de permissões.

3.2.8. No núcleo de armazenamento e colaboração documental, o Google Drive exerce papel central como repositório corporativo em nuvem. Segundo a página oficial do produto, ele permite editar e organizar em tempo real Docs, Sheets, Slides, arquivos Microsoft Office e PDFs, além de suportar mais de 100 tipos de arquivo e comentar diretamente em PDFs. Na edição Enterprise Plus, o Drive vem associado a Shared Drives, logs avançados, permissões avançadas de compartilhamento, aprovações documentais, metadados e rótulos personalizados, exportação de inventário, DLP, detecção de ransomware, trust rules para compartilhamento, Connected Sheets, eSignature, branding organizacional e criptografia do lado do cliente para arquivos. Institucionalmente, o Drive deixa de ser simples armazenamento para se tornar camada de gestão documental, compartilhamento controlado, classificação, retenção e colaboração estruturada.

3.2.9. Os editores Google Docs, Sheets, Slides e Forms compõem a suíte de produtividade colaborativa. O Google Docs permite produção textual colaborativa em múltiplos dispositivos, inclusive com acesso offline, integração com Gmail e incorporação de gráficos do Sheets; a própria documentação destaca a coedição em tempo real, controle de compartilhamento e histórico de versões. O Google Sheets é posicionado pelo Google como planilha colaborativa para gerenciar, visualizar e analisar dados com apoio de IA. O Google Slides integra a camada de apresentações e, na comparação oficial da edição, participa do conjunto com geração de imagens, integração com Gemini e branding organizacional. Já o Google Forms cobre coleta estruturada de dados, formulários e pesquisas, e no quadro oficial de Gemini inclui criação assistida de formulários, geração de perguntas e análise ou síntese de respostas. Para a organização, esse conjunto viabiliza elaboração de notas técnicas, relatórios, planilhas gerenciais, apresentações executivas, pesquisas internas, inscrições, coletas de evidências e fluxos de aprovação, tudo dentro do mesmo ambiente tecnológico.

3.2.10. O Google Sites integra a licença como ferramenta para criação de páginas e portais internos de forma simples, sendo útil para intranets, centrais de projetos, páginas de orientação e repositórios institucionais. Embora o comparativo de edições não detalhe todos os recursos de Sites na mesma profundidade de outras ferramentas, ele confirma sua disponibilidade no Enterprise Plus, e as políticas de segurança do ambiente podem inclusive monitorar configurações de compartilhamento relacionadas ao serviço. Em termos práticos, Sites funciona como camada de publicação interna de baixo atrito para disseminação organizada de conteúdo institucional.

3.2.11. As ferramentas Google Tasks e Google Keep também fazem parte da licença. O comparativo oficial confirma a presença de ambas no Enterprise Plus. O papel dessas aplicações é complementar a produtividade diária: Tasks organiza tarefas pessoais e vinculadas ao fluxo de e-mails e agenda, enquanto Keep atende notas rápidas, checklists e captura ágil de informações. Embora sejam recursos mais leves, seu valor reside em reduzir dependência de aplicações paralelas para organização individual e apoiar a execução cotidiana de atividades.

3.2.12. No plano de governança, arquivamento e conformidade, o Google Vault é componente estruturante da licença. O comparativo oficial o define como ferramenta para eDiscovery e information governance, e as tabelas de Gmail confirmam seu uso para retenção e arquivamento de e-mail e mensagens instantâneas. Em linguagem institucional, o Vault permite preservar informações corporativas, aplicar políticas de retenção, realizar buscas jurídicas ou administrativas e responder a demandas de auditoria, sindicância, conformidade ou litígio com maior controle.

3.2.13. O Cloud Search amplia a capacidade de localização de informação corporativa. A edição Enterprise Plus inclui busca interna e assistência sobre serviços Google e, para organizações com pelo menos 500 licenças e parceiro certificado, admite integração e indexação de repositórios de terceiros. O efeito prático é reduzir o tempo gasto na busca por documentos, mensagens e conteúdos espalhados em múltiplos ambientes, melhorando a recuperação do conhecimento organizacional.

3.2.14. Um diferencial relevante para transformação digital é a inclusão do AppSheet Core. O comparativo oficial informa que o recurso integra as edições Enterprise, mediante verificação do domínio, e também lista a presença de Gemini in AppSheet. Isso é particularmente estratégico porque o AppSheet permite desenvolvimento no-code de aplicativos e automações com governança corporativa, viabilizando digitalização rápida de rotinas administrativas, formulários operacionais, controles internos e fluxos de aprovação sem necessidade de desenvolvimento tradicional em todos os casos. Para uma instituição que busca ganho de eficiência e redesenho de processos, esse item tem valor elevado.

3.2.15. O Google também inclui no escopo Enterprise Plus o Google Workspace Studio e o Google Vids. O comparativo oficial confirma a disponibilidade de ambos, e a página “Google Workspace with Gemini” aponta o Vids como recurso para criar e colaborar em vídeos no ambiente de trabalho. Nas tabelas de IA, o Vids aparece com geração de avatares, clipes de vídeo, voiceover, imagens e música; já o Workspace Studio aparece com cota de execuções mensais para fluxos. Em termos institucionais, esses recursos ampliam a capacidade de produção de comunicação audiovisual, treinamento, conteúdo explicativo e automações assistidas por IA, reduzindo barreiras para materiais internos e externos de melhor qualidade.

3.2.16. A camada de inteligência artificial corporativa é hoje transversal à solução. A documentação oficial do Google informa que os planos Workspace incluem acesso ao Gemini app, NotebookLM e Gemini em Gmail, Docs, Meet e outros serviços, enquanto o comparativo Enterprise detalha funcionalidades como side panel no Gmail, Docs, Sheets, Slides, Drive e Chat; ajuda para redigir; síntese de documentos; geração de imagens; criação assistida de apresentações e formulários; notas automáticas de reuniões; análise de PDFs no Drive; Deep Research; Gems; upload de arquivos e análise avançada de dados; Canvas; geração e edição de imagens; e integração com Chrome e AppSheet. O efeito prático é elevar a produtividade cognitiva da organização, apoiando redação, resumo, ideação, análise, preparação de materiais e aproveitamento do conhecimento institucional com proteções empresariais aplicadas.

3.2.17. No eixo de administração, segurança e proteção de dados, o Enterprise Plus agrega um conjunto robusto de controles. O comparativo de edições confirma, entre outros, 2-Step Verification, security keys, controle de força de senha, DLP, Context-Aware Access, Cloud Identity Premium sem licença separada, multi-party approval para ações sensíveis, advanced data exports, client-side encryption e possibilidade de add-on de Assured Controls. Também há alert center, security dashboard, security health, security investigation tool, exportação de relatórios para BigQuery, exportação de logs para Google Security Operations, relatórios de VirusTotal e Work Insights, além de recursos específicos do Security Center que, no Enterprise Plus, abrangem monitoramento mais amplo de configurações sensíveis. Esse conjunto qualifica a plataforma não apenas como suíte de produtividade, mas como ambiente corporativo governado, com instrumentos para prevenção, investigação e resposta a incidentes.

3.2.18. A solução também traz recursos importantes de gerenciamento de dispositivos e endpoints. A tabela oficial de endpoint management aponta, para Enterprise Plus, gestão básica e avançada de dispositivos móveis e computadores, inventário de dispositivos corporativos, sign-out remoto, wipe remoto, bloqueio de dispositivos, gestão de Windows, aprovação administrativa de dispositivos, perfis de trabalho Android, proteção de dados em iOS, certificados móveis, regras de gestão e integrações BeyondCorp Alliance. Em contexto institucional, isso fortalece o controle sobre o acesso a dados corporativos a partir de equipamentos móveis, notebooks e estações distribuídas, reduzindo risco operacional e ampliando governança do parque tecnológico.

### 3.3. Item 2 - Licença Google AppSheet Enterprise Plus

3.3.1. O AppSheet Enterprise Plus é a licença mais avançada da plataforma no-code do Google para criação de aplicativos, automações e soluções digitais de negócio sem necessidade predominante de programação tradicional, voltada a organizações que demandam escalabilidade, segurança, governança e integrações mais sofisticadas. Na documentação oficial, o Google posiciona o AppSheet como assinatura complementar ao Google Workspace e informa que, além do AppSheet Core incluído em muitas edições do Workspace, é possível contratar AppSheet Enterprise Plus como add-on pago para disponibilizar recursos avançados a usuários específicos ou grupos da organização. Em termos práticos, trata-se de uma solução destinada a acelerar a transformação digital de processos internos, permitindo construir apps operacionais, formulários inteligentes, fluxos de aprovação, painéis, rotinas de campo e automações orientadas a dados em uma arquitetura gerenciável pelo ambiente corporativo.

3.3.2. Do ponto de vista funcional, o AppSheet Enterprise Plus mantém a base da proposta AppSheet — desenvolvimento rápido de aplicações a partir de planilhas, bancos de dados e outras fontes — mas amplia significativamente a capacidade da plataforma em temas críticos para uso corporativo. A página oficial de comparação de assinaturas informa que o plano inclui recursos básicos de app e automação, gestão de usuários por papéis, Gemini for App Creation, Gemini in AppSheet Solutions, stable version control, version restoration, domain integration com compartilhamento por grupos, além de regras de compartilhamento específicas para usuários licenciados em Enterprise Plus ou User Pass. Isso significa que a licença não apenas viabiliza a criação de apps, mas também oferece mecanismos para sustentar essas soluções em ambiente de produção com maior previsibilidade, governança de acesso e continuidade operacional.

3.3.3. No eixo de criação de aplicativos, o AppSheet Enterprise Plus permite transformar fontes de dados em aplicativos web e mobile voltados a uso administrativo, operacional ou estratégico. A documentação de roadmap do produto destaca que o AppSheet permite criar apps a partir dos próprios dados, personalizar visualizações, adicionar ações, controlar comportamento offline e aplicar recursos de machine learning e segurança. Em ambiente institucional, isso possibilita construir rapidamente soluções para inspeções, inventários, solicitações internas, ordens de serviço, checklists, aprovações, cadastros, monitoramento de contratos, controle de ativos, processos de atendimento, coleta de evidências e fluxos administrativos em geral, reduzindo dependência de desenvolvimento tradicional para demandas de menor ou média complexidade.

3.3.4. Um dos diferenciais centrais da licença Enterprise Plus está no campo de automação avançada com IA. A documentação oficial informa que o Gemini in AppSheet Solutions está incluído na licença paga AppSheet Enterprise Plus e não exige, por si só, contratação adicional de Gemini Enterprise ou Gemini para Workspace. O Google detalha que essa camada permite adicionar tarefas de IA nas automações para extrair informações de imagens, PDFs e textos, além de categorizar informações automaticamente, com política de governança para controlar quais criadores podem usar IA nas automações. Em termos de negócio, isso amplia o AppSheet de simples

construtor de formulários e apps para uma plataforma capaz de apoiar processamento inteligente de documentos, classificação de demandas, leitura estruturada de comprovantes, triagem de solicitações, captura de dados em campo e alimentação automática de fluxos administrativos.

3.3.5. Ainda nessa frente de inteligência aplicada, a licença Enterprise Plus inclui recursos específicos historicamente associados ao AppSheet, como modelos preditivos, que a documentação oficial descreve como mecanismos de análise estatística dos dados do app para gerar previsões sobre dados futuros. Esse tipo de recurso pode ser útil em cenários como priorização de atendimento, estimativas operacionais, detecção de padrões e apoio à tomada de decisão orientada por dados, desde que aplicado a casos de uso coerentes com a maturidade analítica da organização. A licença também inclui Gemini for App Creation, o que reforça a proposta de acelerar o próprio processo de criação dos aplicativos.

3.3.6. No tema versionamento e continuidade operacional, o AppSheet Enterprise Plus oferece recursos relevantes para governança de soluções em produção. O comparativo oficial aponta stable version control e version restoration como exclusivos do Enterprise Plus, e a documentação sobre versão estável explica que, por padrão, os usuários de um app veem a versão mais recente, mas o criador pode manter uma versão estável para evitar que alterações em desenvolvimento impactem imediatamente todos os usuários. Em ambiente institucional, isso é particularmente importante porque reduz risco operacional, permite separar evolução de solução e uso produtivo, e favorece mudanças com mais controle, teste e segurança.

3.3.7. No campo de governança de acesso e identidade, a licença Enterprise Plus também avança em relação aos planos inferiores. A tabela oficial informa suporte a domain integration (group-based sharing), e a documentação específica mostra uso de grupos de domínio como papéis customizados em aplicações, incluindo grupos do Google Cloud, Active Directory e Okta. Isso é altamente relevante em organizações que precisam alinhar o acesso aos aplicativos com estrutura formal de áreas, perfis e responsabilidades, evitando concessões manuais e melhorando rastreabilidade, segregação de funções e administração contínua dos acessos.

3.3.8. Outro eixo importante é o de integração avançada com dados corporativos. A documentação oficial informa que determinadas integrações são classificadas como Advanced Data Connectors e exigem AppSheet Enterprise Plus, como é o caso do uso de Google BigQuery como fonte de dados nativa no AppSheet. O Google também informa que o conector BigQuery oferece acesso de leitura e escrita a datasets, com limites e recomendações de performance próprios, e que integrações Google Cloud podem exigir adicionalmente um plano de Application Integration, a depender do conector. Na prática, isso posiciona o Enterprise Plus como a licença adequada quando a organização precisa conectar aplicativos a bases mais robustas, repositórios analíticos ou arquiteturas corporativas de dados, superando o escopo mais simples baseado apenas em planilhas ou fontes elementares.

3.3.9. A licença também contempla capacidades específicas para armazenamento de arquivos, imagens e anexos em escala empresarial. A documentação oficial informa que o uso de cloud object stores para captura de imagens e arquivos é recurso disponível ao Enterprise Plus, incluindo armazenamento em repositórios de objetos e alternativas como tabelas de banco relacional para manter arquivos junto dos dados transacionais. Em contexto institucional, isso é importante para apps que colem fotos, documentos comprobatórios, anexos de vistoria, registros de campo ou evidências documentais, permitindo arquiteturas mais adequadas de armazenamento, backup e governança dos anexos do processo.

3.3.10. No tema de captura e leitura de informação documental, o AppSheet Enterprise Plus possui também o recurso de OCR (Optical Character Recognition), que a documentação do Google identifica como disponível apenas para contas Enterprise Plus, ainda em estágio de preview e não recomendado para produção. Embora isso exija cautela de adoção, o recurso indica a direção da plataforma para cenários de digitalização de documentos, leitura de texto em imagens e automações baseadas em conteúdo capturado visualmente. Em uma análise técnica, esse item deve ser tratado como capacidade promissora, mas com uso controlado em razão do estágio de maturidade informado pelo próprio Google.

3.3.11. Quanto ao modelo de licenciamento e administração, a documentação atual destaca que o AppSheet Enterprise Plus pode operar com diferentes modelos de provisionamento, incluindo licenciamento atribuído e licenciamento em pool. O Google informa que o licenciamento atribuído permite controlar acesso à assinatura, revisar cobrança no Admin Console, atribuir licenças por unidades organizacionais e operar em ambiente dual, por exemplo combinando AppSheet Core e AppSheet Enterprise Plus em grupos diferentes. Também informa que AppSheet Core e AppSheet Enterprise Plus concedem ao usuário a capacidade de criar, compartilhar e usar apps dentro da respectiva faixa de licença, salvo restrições definidas pelo administrador. Isso é particularmente útil para organizações que desejam segmentar o uso avançado da plataforma por perfis, áreas ou criticidade de soluções, em vez de conceder a mesma licença para todo o universo de usuários.

3.3.12. Há ainda a possibilidade de uso de AppSheet User Pass, apresentada pelo Google como alternativa para licenciar usuários de aplicativos com maior flexibilidade, inclusive em cenários com usuários externos, não autenticados ou de consumo variável. Esse recurso não substitui a lógica central do Enterprise Plus para criadores e ambientes corporativos avançados, mas amplia as opções de distribuição de apps quando a organização precisa disponibilizar soluções para públicos maiores, parceiros ou usuários ocasionais, sem replicar integralmente o mesmo modelo tradicional de licenciamento por usuário criador.

3.3.13. Em síntese, o AppSheet Enterprise Plus pode ser descrito como uma solução corporativa avançada de desenvolvimento no-code e automação de processos, adequada para organizações que precisam ir além da simples criação de apps departamentais e desejam operar aplicações com governança, versionamento controlado, gestão de acesso por grupos, integrações avançadas com dados corporativos, armazenamento estruturado de anexos e recursos de IA aplicados às automações. Para instituições que buscam acelerar a transformação digital, reduzir tempo de entrega de soluções internas, apoiar o redesenho de processos e ampliar a autonomia de áreas de negócio sob supervisão da TI, essa licença se apresenta como um componente estratégico da arquitetura digital.

#### 4. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação do Google Workspace Enterprise Plus justifica-se pela necessidade de manter e ampliar a disponibilidade de uma plataforma corporativa robusta, segura e integrada, essencial ao funcionamento das atividades administrativas, operacionais e estratégicas da EMBRATUR. A solução possibilita a centralização de serviços de comunicação, colaboração, armazenamento e produtividade em ambiente único, reduzindo a fragmentação tecnológica, aumentando a eficiência dos fluxos de trabalho e assegurando melhores condições de governança, rastreabilidade e proteção da informação. Ademais, a contratação mostra-se necessária para garantir continuidade operacional, padronização do ambiente digital corporativo, suporte ao trabalho colaborativo e acesso a funcionalidades



avancadas de segurança e inteligência artificial, em consonância com as demandas contemporâneas de transformação digital e modernização da gestão institucional.

4.2. A escolha do Google Workspace Enterprise Plus fundamenta-se em critérios técnicos relacionados à sua capacidade de prover, de forma integrada, recursos avançados de comunicação, colaboração, armazenamento, segurança, administração e inteligência artificial, com elevado grau de maturidade, confiabilidade e aderência às necessidades institucionais da Embratur. A solução se destaca por oferecer arquitetura unificada, gestão centralizada, escalabilidade, suporte a trabalho híbrido, proteção avançada de dados e ampla integração entre aplicações, o que favorece maior eficiência operacional e melhor experiência para os usuários. Soma-se a isso o fato de a instituição já possuir ambiente, processos e rotinas estabelecidas sobre o ecossistema Google, o que reforça a adequação técnica da solução e evita custos, riscos e impactos decorrentes de eventual substituição de plataforma.

4.3. A contratação do AppSheet Enterprise Plus justifica-se pela necessidade de disponibilizar à organização uma plataforma corporativa robusta para desenvolvimento ágil de aplicações e automação de processos, com capacidade de atender demandas institucionais de transformação digital com menor dependência de desenvolvimento tradicional, maior rapidez na implementação de soluções e melhor aderência aos fluxos administrativos e operacionais. A solução mostra-se particularmente adequada em contextos nos quais há necessidade de digitalizar processos internos, estruturar formulários eletrônicos, automatizar aprovações, integrar bases de dados e permitir que áreas de negócio, sob governança da TI, participem mais ativamente da construção de soluções digitais.

4.4. A justificativa técnica torna-se ainda mais consistente em razão dos recursos exclusivos ou avançados da licença Enterprise Plus, como o controle de versão estável, a restauração de versões, o uso de IA com Gemini nas automações e na criação de apps, o suporte a compartilhamento por grupos de domínio e o acesso a conectores avançados de dados, como integrações específicas que exigem esse nível de licença. Esses elementos permitem não apenas criar aplicativos, mas sustentá-los com maior segurança operacional, governança e previsibilidade, reduzindo riscos de interrupção, erros de publicação e concessões inadequadas de acesso.

4.5. Além disso, a contratação do AppSheet Enterprise Plus contribui para a modernização administrativa ao permitir que a organização avance na automação de processos com uma abordagem mais flexível, incremental e orientada a resultados, favorecendo ganhos de eficiência, redução de tarefas manuais, melhoria da rastreabilidade e maior capacidade de resposta a necessidades internas. Em ambientes institucionais que já utilizam o ecossistema Google, essa contratação tende ainda a potencializar sinergias com as demais ferramentas corporativas, reforçando a padronização tecnológica e a integração do ambiente digital.

4.6. Assim, a motivação técnica da escolha do AppSheet Enterprise Plus reside no fato de que a solução combina agilidade de desenvolvimento, automação inteligente, governança, estabilidade de produção e integração corporativa, constituindo-se em ferramenta estratégica para apoiar a transformação digital, o redesenho de processos e a ampliação da capacidade institucional de entregar soluções digitais de forma mais rápida, controlada e aderente às necessidades do negócio.

4.7. Além disso, como já exposto a motivação central para a nomeação da solução reside no fato de que a eventual substituição da atual plataforma tecnológica da Embratur, seja por Microsoft 365 ou por soluções open source, implicaria custos ocultos de migração capazes de superar qualquer economia aparente com licenciamento, especialmente porque a instituição já opera processos de negócio estruturados no AppSheet, cuja substituição exigiria a reescrita integral de automações e aplicativos internos, com necessidade de contratação de consultoria especializada para mapeamento, desenvolvimento, testes e nova implantação do que hoje já funciona de forma estável; além disso, a migração de terabytes de dados, incluindo e-mails, Google Drive e drives compartilhados, traria elevado risco de perda de integridade da informação, como corrupção de arquivos e perda de metadados, ao mesmo tempo em que demandaria intensa mobilização da equipe interna de TI, comprometendo a continuidade de outros projetos estratégicos de inovação; por fim, deve-se considerar o impacto organizacional da mudança, uma vez que os colaboradores da Embratur já possuem fluência digital no ecossistema Google, e a adoção de uma nova plataforma exigiria um programa amplo de capacitação, com queda relevante de produtividade nos primeiros meses, em razão da curva de aprendizado e do chamado custo cognitivo de transição. Softwares como o Hermes, SIPE e Embracar foram desenvolvidos no AppSheet.

## **5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Para a execução dos serviços objeto da presente contratação, será emitida uma Ordem de Serviços ou instrumento equivalente, que servirá de autorização para início dos serviços, conforme estipulado no Termo de Referência.

5.2. O licenciamento deverá ser disponibilizado para a contratante em seu Tenant em até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA.

## **6. DA VISTORIA**

6.1. Não há necessidade de vistoria para esta contratação.

## **7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1. São obrigações da CONTRATANTE:

7.1.1. exigir o recebimento do objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.2. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.1.3. exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por meio de colaborador especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.1.4. notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre a ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais

adequadas;

7.1.5. efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA, no que couber;

7.1.6. pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.2. A EMBRATUR não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto do Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1. São obrigações da CONTRATADA:

8.1.1. executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais (ou da Ordem de Serviços), além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade exigidas;

8.1.2. reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal da contratação, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à EMBRATUR, devendo ressarcir imediatamente a CONTRATANTE em sua integralidade;

8.1.4. utilizar empregados habilitados e com conhecimentos adequados dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

8.1.5. comunicar à CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

8.1.6. submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste Termo de Referência (ou do memorial descritivo);

8.1.7. prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

8.1.8. manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

8.1.9. assumir como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

8.1.10. indicar preposto para representá-la durante a vigência do contrato;

8.1.11. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

## **9. DA SUBCONTRATAÇÃO**

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto do Termo de Referência.

## **10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

10.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que será exercido por um colaborador da CONTRATANTE.

10.2. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.

10.3. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação à produtividade efetivamente realizada.

10.4. O representante da EMBRATUR anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais.

## **11. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

11.1. Após a fiscalização dos serviços prestados, o gestor ou, na ausência deste, o gestor substituto indicará à CONTRATADA que os serviços estão em conformidade com as especificações do Termo de Referência e que está autorizada a emissão da Nota Fiscal/Fatura, sendo que o recebimento se materializará com o atesto da unidade requisitante.

11.2. A indicação de conformidade da execução do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do serviço, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

11.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do serviço, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## 12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "ATESTO" pelo gestor ou, na sua ausência, pelo gestor Substituto do contrato na nota fiscal apresentada.

12.1.1. O pagamento será mensal mesmo o contrato sendo de 2 anos, ou seja o valor total do contrato será pago em 24 parcelas.

12.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à demanda, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

12.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.4. Antes do pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta aos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista, quando for o caso.

12.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.6. Após o atendimento de todas as exigências supramencionadas e aguardado o trâmite processual da EMBRATUR, a Coordenação Financeira deverá efetuar o pagamento **em até 10 (dez) dias úteis**, após o recebimento do referido processo.

12.6.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento conforme prazo indicado no item **12.6**, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	$I = \left( \frac{6}{365} \right)$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	------------------------------------	--

## 13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data do início da vigência do contrato.

13.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de 1 (um) ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de Termo Aditivo.

13.8. Fica garantida a possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro dos valores contratuais, que deverá prever os meios de prova das novas definições de mercado que ensejarem o desequilíbrio econômico do contrato, corroborados por planilhas de custos.

## 14. DA GARANTIA CONTRATUAL

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

## 15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a EMBRATUR pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

15.1.1. advertência;

**15.1.2. multas de:**

15.1.2.1. de 1 % (um por cento) do valor total do contrato, na qual tenha sido entregue ou realizado com atraso, qualquer produto ou serviço a ele destinado, aplicável por dia de atraso, entendendo-se como atraso, o não cumprimento do prazo de realização do serviço;

15.1.2.2. de 1 % (um por cento) do valor total do contrato por infração a qualquer de suas cláusulas ou condições, que não as especificadas no subitem anterior, aplicada em dobro na reincidência.

15.1.3. suspensão de licitar com a EMBRATUR por até 2 (dois) anos.

15.2. A aplicação de sanção fica condicionada ao trânsito de processo administrativo sancionador, que garantirá o contraditório e a ampla defesa.

15.3. A dosimetria da sanção deve levar em consideração as razões de fato e de direito apresentadas pela CONTRATADA, a gravidade e a abrangência de prejuízos potenciais ou materializados para a Embratur e a reprovabilidade da conduta, devendo respeitar ordem taxativa prevista no item 15.1, sendo advertência a mais branda e a suspensão de licitar a mais grave.

15.4. A sanção de multa pode ser aplicada concomitantemente com as demais, sempre que se identificar ganho patrimonial à empresa ou prejuízos significativos à Embratur.

15.5. No processo de aplicação de penalidades, prevalecerão as normas e procedimentos do Manual de Licitações e de Contratos da Embratur.

**16. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

16.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital.

16.1.1. Atestado de Capacidade Técnica (ACT), em nome da licitante, emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove a execução em serviços similares ao objeto do termo de referência.

16.1.2. A Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis, com no mínimo 50% (cinquenta por cento) do quantitativo do objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

16.1.3. Para habilitação técnica a licitante deverá comprovar ser representante oficial Google, por meio de formalização oficial do fabricante.

16.2. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

16.3. Nesta contratação não há parcelamento dos itens, pois o fabricante da solução só permite uma empresa de revenda a fornecer diferentes tipos de licenças para o mesmo contratante.

**17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

17.1. As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da EMBRATUR para o exercício de 2026 na classificação abaixo:

17.1.1. Classificação da Despesa: 33904019 (computação em nuvem - software como serviço (SAAS))

17.1.2. Órgão: 54000 – Ministério do Turismo - MTUR

17.1.3. Gestão/Unidade: EMBRATUR – Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo

17.1.4. Função: 04 – Administração

17.1.5. Subfunção: 122 – Administração Geral

17.1.6. Programa de Trabalho: Gestão e Manutenção da EMBRATUR

**18. DO OBJETIVO ESTRATÉGICO E ESTRATÉGIA ESG**

18.1. A execução do serviço está inserida no Plano Estratégico e Caderno de Indicadores e Metas da Embratur e ao seguinte Pilar ESG:

**18.1.1. OBJETIVO ESTRATÉGICO:**

- **Objetivo Estratégico 4:** Promover a transformação digital da Embratur, com foco na inovação em promoção, eficiência operacional e governança de dados
- **Objetivo Estratégico 6:** Melhorar a comunicação interna da Embratur
- **Objetivo Estratégico 7:** Otimizar custos e assegurar solidez financeira para um crescimento sustentável da Agência

**18.1.2. PILARES ESG :**

- **G - Governança.** Processos, ações e iniciativas relacionados a: Estrutura Corporativa, Gerenciamento de Risco, Anticorrupção e Suborno ou Ética.

**19. DA MATRIZ DE RISCO**

19.1. Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados na Matriz de Riscos deste termo (item 19.8), a CONTRATADA deverá, no prazo de 01 (um) dia útil, notificar a EMBRATUR sobre o ocorrido, em documento com as seguintes informações mínimas:

- 19.1.1. Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
- 19.1.2. As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- 19.1.3. As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
- 19.1.4. As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e
- 19.1.5. Outras informações relevantes.
- 19.2. Após a notificação, a EMBRATUR decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais à CONTRATADA. Em sua decisão a EMBRATUR poderá isentar temporariamente a CONTRATADA do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo evento.
- 19.3. A concessão de isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções.
- 19.4. O reconhecimento pela EMBRATUR dos eventos descritos no item 19.8 (Matriz de Riscos) deste termo que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente a CONTRATADA, não dará ensejo à recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela CONTRATADA.
- 19.5. Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, não previstos no item 19.8 (Matriz de Riscos), serão decididos mediante acordo entre as partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato.
- 19.5.1. O contrato poderá ser rescindido, quando demonstrado que todas as medidas para sanar os efeitos foram tomadas e mesmo assim a manutenção do contrato se tornar impossível ou inviável nas condições existentes ou é excessivamente onerosa.
- 19.6. Fica a CONTRATADA autorizada a prestar serviços indicados neste Termo com maior qualidade devido a inovações metodológicas ou tecnológicas.
- 19.7. A CONTRATADA não pode inovar no modelo de execução e em suas responsabilidades contratuais.
- 19.8. Matriz de Riscos:

Eventos Supervenientes	Ações Mitigadoras	Responsabilidade da Contratada	Responsabilidade do Contratante
Execução ineficiente do contrato	O fiscal deve participar da elaboração do Edital e anexos, além de receber treinamento específico		X
Situações na prestação dos serviços que configurem caso fortuito ou força maior	Suspender ou rescindir o contrato, com possibilidade de contratar remanescente.		X
Manutenção e modernização - Custos de manutenção adicionais por previsão incorreta	Exigência de experiência prévia para o correto acompanhamento na prestação do serviço Plano de Seguros (para defeitos inesperados)	X	
Aumento dos custos devido à câmbio	Acompanhar a flutuação dos preços e prever o impacto na sua proposta de preço	X	
Aumento do custo por retrabalho	Adquirir insumos com qualidade comprovada;	X	
Não cumprimento dos limites de qualidade previstos no item 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC	Gestão constante do contrato a fim de observar se os níveis estabelecidos no contrato estão sendo cumpridos e proceder a glosas quando pertinentes.		X
Não cumprimento de prazos	Sanções contratuais impostas pela EMBRATUR por atraso no cumprimento dos prazos.	X	

## ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL

1. Pela presente proposta, declaramos inteira submissão aos preceitos em vigor no Manual de Licitações e Contratos da EMBRATUR até a presente data, bem como a todas as cláusulas e condições do Termo de Referência do Processo SEI nº 272100.000079/2026-98-EMBRATUR.
2. Propomos prestar à EMBRATUR, pelo valor a seguir, os serviços, objeto do Termo de Referência, obedecendo as quantidades conforme tabela.
3. Em caso de divergência dos preços apresentados em algarismos e por extenso, prevalecerá este último.
4. O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias, contados a partir da sua assinatura e o prazo para a execução dos serviços será de acordo com o Termo de Referência.
5. Declaramos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas referentes ao objeto da contratação.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Licença Google Workspace Enterprise Plus - 2 anos	unidade	350	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
2	Licença Google AppSheet Enterprise Plus - 2 anos	unidade	2	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX

TOTAL	R\$ XX,XX
-------	-----------

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

(Nome e cargo do proprietário ou representante legal da Empresa e assinatura);

Representante Legal: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Carteira de Identidade: \_\_\_\_\_ Expedido por: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

**ANEXO III - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº XX/20XX, que celebram entre si a EMBRATUR e a empresa XXXX, tendo por objeto XXXXXX.

A **EMBRATUR - AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO INTERNACIONAL DO TURISMO**, com sede no SCN, Quadra 2, bloco G, Ed. Embratur, Térreo - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70712-907, inscrita no CNPJ sob o nº 35.842.428/0001-66, instituída pela Lei nº 14.002, de 22 de maio de 2020, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Diretor-Presidente **XXXX**, brasileiro, casado/solteiro/divorciado, residente em Brasília/DF, inscrito no CPF nº XXXX, portador da Carteira de Identidade nº XXXXX, nomeado pelo Decreto da Presidência da República de XX/XXX/XXXX, publicado no D.O.U., seção 2, página 01, e seu Diretor de **XXXXXX**, brasileiro, casado/solteiro/divorciado, residente em Brasília/DF, inscrito no CPF nº XXXXX, portador da Carteira de Identidade nº XXXX, nomeado pelo Decreto da Presidência da República de XX/XXX/XXXX, publicado no D.O.U., em XX/XX/XXX, seção 2, página XX, e a empresa XXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXX, sediada na XXXXXXXXX, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX e CPF nº XXXXXXXX, residente em XXXXX, em observância ao Manual de Licitações e Contratos da EMBRATUR, pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de direito privado, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa, para Fornecimento de Licenciamento das Soluções Digitais Google, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste contrato e termo de referência.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão nº **XXXXX**, ao Termo de Referência e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL 24 MESES
1	Licença Google Workspace Enterprise Plus - 2 anos	unidade	350	R\$ XXXXXXXX	R\$ XXXXXXXX
2	Licença Google AppSheet Enterprise Plus - 2 anos	unidade	2	R\$ XXXXXXXX	R\$ XXXXXXXX
VALOR TOTAL		R\$ XXXXXXXX			

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

2.1. O Contrato terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, respeitado o limite de até 10 (dez) anos conforme estabelecido no Manual de Licitações da Embratur - Resolução CDE nº 15, de 08 de Maio de 2025, conforme dispõe o art. 42 do Manual de Licitações e Contratos da EMBRATUR, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

- 2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a EMBRATUR mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a EMBRATUR;
- 2.1.6. Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação; e
- 2.1.7. Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

- 3.1. O valor total da contratação é de R\$ XXX,XX.
- 3.2. No valor acima estão incluídos todos os custos e todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados ou fornecidos o produto.

### CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1. As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da EMBRATUR para o exercício de 2026 na classificação abaixo:
- 4.1.1. Órgão: 54000 – Ministério do Turismo - MTur
- 4.1.2. Classificação da Despesa: 33904019 (computação em nuvem - software como serviço (SAAS)
- 4.1.3. Gestão/Unidade: Embratur – Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo
- 4.1.4. Função: 04 – Administração
- 4.1.5. Subfunção: 122 – Administração Geral
- 4.1.6. Programa de Trabalho: Gestão e Manutenção da Embratur
- 4.1.7. Termo de Comprometimento Orçamentário XXXX

### CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

- 5.1. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “ATESTO” pelo gestor ou, na sua ausência, pelo gestor Substituto do contrato na nota fiscal apresentada.
- 5.1.1. O pagamento será mensal mesmo o contrato sendo de 2 anos, ou seja o valor total do contrato será pago em 24 parcelas.
- 5.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à demanda, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 5.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 5.4. Antes do pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta aos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista, quando for o caso.
- 5.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 5.6. Após o atendimento de todas as exigências supramencionadas e aguardado o trâmite processual da EMBRATUR, a Coordenação Financeira deverá efetuar o pagamento **em até 10 (dez) dias úteis**, após o recebimento do referido processo.
- 5.6.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento conforme prazo indicado no item 5.6, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
- EM = I x N x VP, sendo:
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela a ser paga.
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	$I = \left( \frac{6}{100} \right) \cdot \frac{1}{365}$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	--	--

### CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE



- 6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data do início da vigência do contrato.
- 6.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de 1 (um) ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 6.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 6.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 6.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de Termo Aditivo.
- 6.8. Fica garantida a possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro dos valores contratuais, que deverá prever os meios de prova das novas definições de mercado que ensejarem o desequilíbrio econômico do contrato, corroborados por planilhas de custos.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

- 7.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 8.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

#### **CLÁUSULA NONA - DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 9.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 9.1.1. Para a execução dos serviços objeto da presente contratação, será emitida uma Ordem de Serviços ou instrumento equivalente, que servirá de autorização para início dos serviços, conforme estipulado no Termo de Referência.
- 9.2. O licenciamento deverá ser disponibilizado para a contratante em seu Tenant em até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 10.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que será exercido por um colaborador da CONTRATANTE.
- 10.2. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.
- 10.3. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação à produtividade efetivamente realizada.
- 10.4. O representante da EMBRATUR anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 10.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

##### **11.1. São obrigações da CONTRATANTE:**

- 11.1.1. exigir o recebimento do objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 11.1.2. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.1.3. exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por meio de colaborador especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.1.4. notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre a ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais

adequadas;

11.1.5. efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA, no que couber;

11.1.6. pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.2. A EMBRATUR não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto do Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **11.3. São obrigações da CONTRATADA:**

11.3.1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais (ou da Ordem de Serviços), além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade exigidas;

11.3.2. reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal da contratação, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.3.3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à EMBRATUR, devendo ressarcir imediatamente a CONTRATANTE em sua integralidade;

11.3.4. utilizar empregados habilitados e com conhecimentos adequados dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.3.5. comunicar à CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

11.3.6. submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste Termo de Referência (ou do memorial descritivo);

11.3.7. prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.3.8. manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

11.3.9. assumir como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

11.3.10. indicar preposto para representá-la durante a vigência do contrato;

11.3.11. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta contratação, a EMBRATUR pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.1.1. advertência;

12.1.2. multas:

12.1.2.1. de 1 % (um por cento) do valor total do contrato, na qual tenha sido entregue ou realizado com atraso, qualquer produto ou serviço a ele destinado, aplicável por dia de atraso, entendendo-se como atraso, o não cumprimento do prazo de realização do serviço;

12.1.2.2. de 1 % (um por cento) do valor total do contrato por infração a qualquer de suas cláusulas ou condições, que não as especificadas no subitem anterior, aplicada em dobro na reincidência.

12.1.3. suspensão de licitar com a EMBRATUR por até 2 (dois) anos.

12.2. A aplicação de sanção fica condicionada ao trânsito de processo administrativo sancionador, que garantirá o contraditório e a ampla defesa.

12.3. A dosimetria da sanção deve levar em consideração as razões de fato e de direito apresentadas pela CONTRATADA, a gravidade e a abrangência de prejuízos potenciais ou materializados para a EMBRATUR e a reprovabilidade da conduta, devendo respeitar ordem taxativa prevista no item 12.1, sendo advertência a mais branda e a suspensão de licitar a mais grave.

12.4. A sanção de multa pode ser aplicada concomitantemente com as demais, sempre que se identificar ganho patrimonial à CONTRATADA ou prejuízos significativos à EMBRATUR.

12.5. No processo de aplicação de penalidades, prevalecerão as normas e procedimentos do Manual de Licitações e Contratos EMBRATUR.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS RESCISÃO**

13.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste contrato.

13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa.

13.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido da:

13.4.1. Avaliação dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e

13.4.3. Verificação quanto à exigibilidade de indenizações e/ou multas.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES**

14.1. As alterações contratuais por acordo entre as partes, desde que justificadas, e as decorrentes de necessidade de prorrogação, constarão de Termos Aditivos.

14.2. Os contratos poderão ser aditados, nas hipóteses de complementação, acréscimo ou supressão que se fizerem nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado.

14.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item 14.2, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA MATRIZ DE RISCO**

15.1. Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados na Matriz de Riscos deste termo (item 15.8), a CONTRATADA deverá, no prazo de 01 (um) dia útil, notificar a EMBRATUR sobre o ocorrido, em documento com as seguintes informações mínimas:

15.1.1. Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;

15.1.2. As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;

15.1.3. As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;

15.1.4. As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e

15.1.5. Outras informações relevantes.

15.2. Após a notificação, a EMBRATUR decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais à CONTRATADA. Em sua decisão a EMBRATUR poderá isentar temporariamente à CONTRATADA do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo evento.

15.3. A concessão de isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções.

15.4. O reconhecimento pela EMBRATUR dos eventos descritos no item 15.8 (Matriz de Riscos) deste termo que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente a CONTRATADA, não dará ensejo à recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela CONTRATADA.

15.5. Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, não previstos no item 15.8 (Matriz de Riscos), serão decididos mediante acordo entre as partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato.

15.5.1. O contrato poderá ser rescindido, quando demonstrado que todas as medidas para sanar os efeitos foram tomadas e mesmo assim a manutenção do contrato se tornar impossível ou inviável nas condições existentes ou é excessivamente onerosa.

15.6. Fica a CONTRATADA autorizada a prestar serviços indicados neste Termo com maior qualidade devido a inovações metodológicas ou tecnológicas.

15.7. A CONTRATADA não pode inovar no modelo de execução e em suas responsabilidades contratuais.

15.8. Matriz de Riscos:

Eventos Supervenientes	Ações Mitigadoras	Responsabilidade da Contratada	Responsabilidade do Contratante
Execução ineficiente do contrato	O fiscal deve participar da elaboração do Edital e anexos, além de receber treinamento específico		X
Situações na prestação dos serviços que configurem caso fortuito ou força maior	Suspender ou rescindir o contrato, com possibilidade de contratar remanescente.		X
Manutenção e modernização - Custos de manutenção adicionais por previsão incorreta	Exigência de experiência prévia para o correto acompanhamento na prestação do serviço Plano de Seguros (para defeitos inesperados)	X	
Aumento dos custos devido à câmbio	Acompanhar a flutuação dos preços e prever o impacto na sua proposta de preço	X	
Aumento do custo por retrabalho	Adquirir insumos com qualidade comprovada;	X	
Não cumprimento dos limites de qualidade previstos no item 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC	Gestão constante do contrato a fim de observar se os níveis estabelecidos no contrato estão sendo cumpridos e proceder a glosas quando pertinentes.		X
Não cumprimento de prazos	Sanções contratuais impostas pela EMBRATUR por atraso no cumprimento dos prazos.	X	

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS VEDAÇÕES**

16.1. É vedado à CONTRATADA:

16.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira; e

16.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no Manual de Licitações e Contratos da EMBRATUR, por meio da DIREX (Diretoria Executiva) e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, as normas e princípios gerais dos contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– DA PUBLICAÇÃO

18.1. O extrato deste contrato será publicado no site oficial da Embratur, conforme previsto no art. 2º da Portaria EMBRATUR nº 26, de 31 de maio de 2023.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. Fica eleito o foro da cidade de Brasília-DF para dirimir as questões decorrentes da execução deste contrato.

E, por assim estarem justas e acertadas, foi lavrado o presente contrato e disponibilizado por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, perante duas testemunhas.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Giovanni dos Reis, Diretor-Presidente**, em 12/06/2026, às 01:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.embratur.com.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.embratur.com.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1411220** e o código CRC **D2C5E9C2**.